



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

## ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA VINTE E QUATRO DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE (24-08-2020).

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezesseis horas e quatorze minutos, no Plenário da Câmara, reuniu-se a Edilidade Marianense sob a Presidência do Vereador Edson Agostinho de Castro Carneiro, que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo o Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense, declarou abertos os trabalhos desta sessão. Pela ordem o vereador Cristiano Vilas Boas sugeriu que, como existem muitos questionamentos em relação ao Projeto de Lei, que dispõe sobre o armamento da Guarda Municipal, que fosse feita uma consulta pública via site da Câmara Municipal, para assim saberem qual a opinião da população em relação ao armamento em questão. Destacando que os sites do Senado e da Câmara dos Deputados têm utilizado muito essa ferramenta para tratarem de assuntos pertinentes, como o do referido projeto de lei. O presidente Edson Agostinho informou que não seria possível acatar a sugestão do vereador, haja vista que, a Câmara não possui verba para arcar com os custos dessa consulta. Disse também que a própria procuradora informou que não seria cabível fazer enquête para tal decisão. Em seguida o presidente consultou os vereadores se queriam fazer a leitura da Ata da **vigésima quarta reunião ordinária**, realizada no dia dezessete de agosto de dois mil e vinte ou fazer alguma ressalva. Não havendo manifestação contrária, **a ata foi aprovada por unanimidade**. Com a ressalva do vereador Marcelo Macedo, que pediu para que as suas falas da reunião anterior sejam constadas na íntegra. O vereador Juliano Vasconcelos, sugeriu que as atas fossem colocadas na pauta previa da reunião para que assim todos os vereadores possam ter conhecimento da mesma e que se caso algum vereador tiver alguma consideração que a apresente no momento da reunião, afim de otimizar o tempo da reunião. **Leitura das Correspondências:** Restrições de Publicidade impostas pela Legislação Eleitoral. **Leitura dos Pareceres: Projeto de Lei Complementar: nº35/2020.** O presidente, anunciou a ausência do vereador José Jarbas, justificando que o edil, estaria com problemas para estabelecer sua conexão. O presidente submeteu o projeto de lei em primeira discussão e votação. O vereador Juliano Vasconcelos manifestou seu voto favorável ao projeto de lei. Comentando ainda sobre o requerimento feito por ele e mais três vereadores que se tratava da realização de um plebiscito para que, assim, a população pudesse ser ouvida. O vereador lamentou a decisão do executivo de não realizar o plebiscito sugerido no requerimento, haja vista se tratar de um assunto pertinente e de interesse de toda a população. O vereador disse que



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

esteve pesquisando sobre o projeto e que após várias análises e consultas seu voto seria favorável ao projeto de lei. O vereador salientou ainda que o armamento da Guarda Civil depende de uma série de requisitos e que a aprovação da lei seria apenas um desses requisitos para o armamento, de fato, da Guarda Municipal. O primeiro passo seria a mudança da lei municipal, que estaria sendo votada na presente reunião. O segundo seria o convênio com a Polícia Federal, que já teria sido realizado. O terceiro seria os testes psicológicos que são credenciados junto a Polícia Federal, o treinamento feito por instituições autorizadas também pela Polícia Federal, o teste por parte dos agentes e pessoas, pela Polícia Federal, adequação do prédio e após a adequação do espaço seria montado um equipe de guardas que seria submetida a várias etapas de testes e que os Guardas que quiserem ser armados devem requerer armamento. O vereador Fernando Sampaio manifestou seu voto favorável ao projeto de lei. O vereador João Bosco manifestou seu voto contrário ao projeto de lei, haja vista orientações de seu partido. O vereador Antônio Marcos, por sua vez, manifestou suas considerações em relação ao assunto, comentando que por ser um profissional da segurança e por ter conhecimento de armamento e por entender também sobre o armamento da Guarda Municipal, ressaltando ser importante aumentar a segurança no município. O vereador reiterou as falas do vereador Juliano Vasconcelos em relação os requisitos necessários para o armamento. Pela ordem, o vereador Deyvson Ribeiro concordou com as falas dos vereadores que lhe antecederam e disse ser totalmente favorável ao projeto de lei, haja vista que, muitas vezes são os Guardas Municipais os primeiros a chegarem quando se tem alguma ocorrência e que eles atendem essas ocorrências no "peito", pois não possuem quase nenhum equipamento para sua defesa. O vereador destacou a importância que era o Executivo ter realizado o plebiscito, para assim, saber a opinião da população em relação ao assunto. O vereador aproveitou a oportunidade para parabenizar a presidente da Comissão de Finanças, a vereadora Daniely Alves, por ter sido a única assinar o parecer favorável ao projeto de lei, ressaltando ser uma atitude louvável. O vereador Gerson Cunha manifestou seu voto favorável dizendo estar totalmente tranquilo em relação ao projeto, comentando ainda que esteve participando das reuniões para debater sobre o referido projeto de lei e que todas as suas dúvidas foram sanadas. O vereador destacou ainda a importância da Polícia Federal ter responsabilidade nos requisitos do armamento. O vereador Ronaldo Bento parabenizou as falas dos vereadores Juliano Vasconcelos e Antônio Marcos, dizendo acreditar que, de fato, a própria corporação já possui outorga carreada na lei 10.826 de 2003, como a nova lei 13.964 de 2019, que dá condições para que os Guardas Municipais possam portar suas armas. O vereador ressaltou que para o efetivo trabalho da Guarda Municipal é necessário o aporte da Câmara Municipal, com aporte do prefeito municipal, para que os Guardas

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

possam, de fato, trabalhar armados. Disse ainda ser do conhecimento de todos que a própria corporação da Guarda Municipal é a primeira chegar aos atos atentatórios ocorridos na cidade. O vereador comentou também sobre requerimento o vereador Juliano Vasconcelos, citando que também contou com sua assinatura, solicitando a realização do plebiscito, para que o mesmo passasse pelo crivo da população em relação ao assunto, mas que a então procuradora da época teria negado o pedido de realizar o plebiscito. Por fim o vereador manifestou seu voto favorável ao projeto de lei. O vereador Marcelo Macedo comentou sobre o projeto de lei, pontuando que não teria assinado o parecer da comissão de Legislação pelo fato de ainda ter dúvidas em relação ao projeto e que não estaria convicto de algumas colocações do projeto de lei. O vereador deixou claro que sempre valorizou o trabalho da Guarda Municipal, lembrando que fez questão de votar o Projeto dos PCCVS e que na oportunidade sempre defendeu o PCCV da Guarda. O vereador salientou que hoje tem um entendimento diferente em relação ao projeto e manifestou seu voto contrário ao referido projeto. O vereador Geraldo Sales ponderou que todos os vereadores teriam aprovado o requerimento que solicitava a realização de um plebiscito e que ele não teria ocorrido. O vereador solicitou que a Comissão de Legislação pudesse fazer um recurso em relação a resposta da procuradoria do município, no que diz respeito a realização do plebiscito e que a convocação do plebiscito deveria ser feito através do poder Legislativo, solicitando ainda a realização de um requerimento, pedindo um parecer em relação a realização do plebiscito, pois, para ele, a convocação já teria sido feita por meio do requerimento aprovado por unanimidade na Casa de Leis. O vereador Geraldo Sales destacou ainda que é preciso ter cuidado com a vida dos Guardas Municipais, pois terão Guardas que vão estar uniformizados na rua mas não irão portar arma, o que pode ser problemático, haja vista o perigo em que estes guardas serão submetidos. Em seguida, por todas as considerações apresentadas pelo vereador, o mesmo pediu vista do projeto de lei, justificando que gostaria que a comissão avaliasse a resposta do Executivo. Atendendo ao pedido do vereador, o presidente do Legislativo concedeu o pedido de vista ao parlamentar Geraldo Sales e abriu a palavra livre, pois segundo o presidente o pedido de vista tranca toda a pauta da reunião. **PALAVRA LIVRE: ENCERRAMENTO:** o presidente encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta e quatro minutos.